

Os funcionários públicos não vão poder contar com ganhos reais do poder de compra até 2013. Tal como o Diário Económico noticiou em Fevereiro, em primeira mão, a medida integra o Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), que prevê uma política de moderação salarial para a função pública até 2013, com metas definidas sobre o peso da factura com pessoal no total da despesa do Estado. Na melhor das hipóteses haverá uma actualização salarial igual à inflação prevista até àquele ano. Em causa, a tarefa de conseguir o défice abaixo dos 3% antes de 2013. O cenário de moderação salarial da função pública nos próximos anos acontecerá depois de, em 2010, os salários terem sido congelados, decisão que motivou uma greve geral em Março.



Função pública pede aumentos

STE propõe ao Governo actualização salarial de 2% para o próximo ano. Um valor que não trará ganhos

Denise Fernandes

denise.fernandes@económico.pt

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) deverá propor hoje ao Ministério das Finanças um aumento salarial para a função pública de 2% em 2011, valor igual ao da inflação prevista pelo Governo para o próximo ano, apurou o Diário Económico. Esta é a primeira vez que a equipa de Teixeira dos Santos se vai sentar à mesa das negociações salariais perante uma proposta sindical que não contempla aumentos reais para os funcionários públicos.

A proposta do STE, a que o Diário Económico teve acesso, vai assim ao encontro do que foi estipulado pelo Executivo em nome da contenção orçamental: até 2013, se houver aumentos salariais, eles serão iguais ou inferiores à inflação. Recorde-se que, em 2010, os funcionários públicos não tiveram qualquer aumento salarial. Mas em 2009, ano de eleições legislativas e autárquicas, a actualização salarial



O presidente do STE, Bettencourt Picanço, apresenta hoje, em conferência de imprensa, uma proposta de actualização salarial de 2% para 2011.



A CGTP, de Carvalho de Silva, dá hoje a conhecer o seu caderno reivindicativo para 2011. A proposta de aumentos, para os sectores público e privado, é acima da inflação.

foi de 2,9% contra uma inflação negativa de -0,8%, o que resultou em ganhos de poder de compra superiores a 3%.

Segundo dados do Ministério das Finanças, os aumentos dos funcionários públicos são, desde 2006, inferiores à inflação e são sempre menos de metade das propostas dos sindicatos, à excepção de 2009.

Fesap e Frente Comum à espera das centras sindicais

O STE, que representa na negociação também os sindicatos dos trabalhadores dos impostos (STI), dos enfermeiros, dos profissionais de polícia e professores licenciados, será o primeiro dos três sindicatos da função pública com assento na negociação a entregar a sua proposta ao Governo. A versão do STE a que o Diário Económico teve acesso não se trata do documento final, pelo que poderá sofrer alterações. O documento final será apresentado hoje em conferência de imprensa. Confrontado pelo Diário Económi-

co, Bettencourt Picanço rejeitou comentários, remetendo para a conferência de imprensa.

Já a Frente Sindical da Administração Pública (Fesap), da UGT, está à espera que a central sindical defina o caderno reivindicativo para 2011 para depois avançar com uma proposta. José Abraão, da Fesap, conta que "dentro de alguns dias" será definida a política salarial da UGT, sublinhando que "há que ter alguma ponderação neste momento". Segundo Abraão, a Fesap irá abordar a equipa do Ministério das Finanças sobre o assunto já na reunião que terá amanhã com o secretário de Estado, Castilho dos Santos, sobre procedimentos concursais.

O STE e a Fesap, ambos filiados na UGT, são normalmente as duas estruturas sindicais que apresentam todos os anos ao Governo propostas de aumento salarial mais contidas, mas sempre acima da inflação prevista pelo Governo. Nos últimos anos, reivindicaram aumentos

Canal 200 da ZON
Etv

Siga a actualidade económica no canal 200 e no 'site' www.economico.pt

